

CONGRESSO DE LEIGOS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO *Cristãos leigos, discípulos e missionários de Jesus Cristo na* **Cidade de São Paulo**

Oficina Arquidiocesana: Vida e Missão do Leigo no Mundo do Trabalho



Relatório do encontro realizado dia 09 de outubro de 2010 no centro comunitário Paróquia Santo Antonio do Pará

Empresários, profissionais liberais, trabalhadores, religiosos e delegados eleitos pelas comunidades, reuniram-se sábado, dia 09/10/2010, na Paróquia Santo Antonio do Pará, para realizar a II Oficina Arquidiocesana Vida e Missão do Leigo no Mundo do Trabalho, organizada pela Associação Brasileira do Empresário Cristão e que contou com delegados da Região Lapa, Região Sé, além de convidados da Região Ipiranga e membros dos Focolares e ADCE, num total de 48 pessoas.

O encontro ocorreu com uma vívida animação dos presentes, embalados pelo espírito do 1o Congresso Arquidiocesano de Leigos realizado pela Arquidiocese de São Paulo. Em pauta, a proposta de uma rede social formada a partir do banco da Igreja, integrando pequenos e médios empresários, profissionais liberais, moradores de condomínio e trabalhadores, que possam se relacionar de forma ética e em caso de eventuais problemas, optem pela utilização de meios pacíficos para resolução de conflitos. A proposta apresenta um novo paradigma de relacionamento sócio comercial e que pode ser utilizado em outras áreas da convivência humana, baseada nos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, documento de Aparecida, diversos documentos e encíclicas papais, orientações do CELAM e que já havia sido amplamente acolhida em duas oficinas regionais.

O local onde foi realizada a Oficina, Paróquia Santo Antonio do Pará, tem um sentido de comunhão pastoral, visto que a paróquia abriga a sede da Pastoral Mundo do Trabalho, fundada pelo Frei José Luís Maria Sartori e a Congregação das Missionárias de Cristo Operário, que gentilmente acolheram os presentes, unidos em um mesmo ideal: a construção de um mundo ético, justo e igualitário, sob os ares de um novo paradigma no meio empresarial.

A oficina seguiu a mesma dinâmica do congresso: acolhida, liturgia com a oração comunitária, leitura do Evangelho e reflexão (anexo1), testemunhos de vida, apresentação das propostas, discussões em grupo e aprovação das propostas. Ao final do encontro, os presentes saíram ainda mais motivados, dispostos a evangelizar e a propagar a Doutrina Social no meio empresarial, com renovado ardor missionário.

Contexto da Pastoral Mundo do Trabalho

O **Frei José Alamiro Andrade Silva, OFM** (Filósofo, membro da Pastoral Ecológica, e orientador da Pastoral Mundo do Trabalho), deu as boas vindas e acolheu de forma afetuosa os presentes. Após a oração e a leitura do Evangelho, o religioso fez um breve

relato sobre a história, a missão e as atividades da pastoral, desde a sua fundação pelo Frei Sartori, até os novos desafios da atualidade.

Segundo Frei Alamiro, a **Pastoral Mundo do Trabalho** tem como parâmetros de atuação, a esfera das pequenas e médias empresas, meio no qual existe a figura do empregador, e portanto, há possibilidades de diálogo, de intermediação e de um profícuo trabalho pastoral, com benefícios para todos os colaboradores.

O religioso destacou que entre os pequenos e médios empresários **"existe uma convergência de princípios e valores propícios ao trabalho da pastoral"**, diferente das grandes empresas, onde permanece o caráter conflituoso nas relações, e a busca do lucro supera o caráter subjetivo das pessoas e das organizações.

Frei Alamiro também enriqueceu a oficina ao partilhar alguns episódios de sua vida religiosa: a comunhão de ideais com Mahatma Ghandi e Martin Luther King, a participação em movimentos ecológicos, eclesiais e populares como a **"Frente Nacional do Trabalho"** e o **"Movimento dos Queixadas"**, dando provas de que acolher o Evangelho é, sobretudo, dar um testemunho vivo e atuante no mundo.

Uma Nova Dimensão Pastoral

Selem Nelson Bussab, presidente da Associação Brasileira do Empresário Cristão ABEC (Arquiteto, Assessor da Secretaria de Relações do Trabalho e da Casa Civil do Governo de São Paulo, entre 1975 e 1987), abriu os trabalhos da oficina e destacou a necessidade de buscarmos novos parâmetros para o diálogo entre empresários e trabalhadores, baseado no respeito, na fraternidade e na ética cristã.



Segundo o executivo, vivemos um novo contexto social, político e ideológico, que exige uma postura inclusiva, capaz de dialogar com todos os personagens que compõem o tecido social. O presidente destacou que não apenas trabalhadores e operários, mas também os empresários, comerciantes e profissionais liberais, estão presentes na comunidade cristã, e que também eles, são dignos merecedores de uma mensagem e das bênçãos da Santa Igreja.

Selem destacou que foi pensando nesse segmento, em sua presença comunitária e em sua responsabilidade social que surgiu o "Empresário Cristão", entidade que **"reúne em sua diretoria, além de empresários, comerciantes, profissionais liberais, também sacerdotes que compõem o seu Conselho Eclesiástico"**, constituindo-se num sinal de comunhão, unindo empreendedores em uma ação pastoral conjunta, visando a paz e a fraternidade.

O presidente lembrou que os **"pequenos e micros empreendedores são os responsáveis pela maior parte dos empregos gerados no país"**. Segundo dados do SEBRAE, eles totalizam 99% das empresas do estado de São Paulo e também em todo o Brasil. Um número nada desprezível e que não pode prescindir de uma ação pastoral sensível às suas necessidades. Neste sentido, Selem Nelson propõe a efetivação da Pastoral Mundo do Trabalho, visando uma esfera de diálogo plural, fraterna e inclusiva, compatível com o atual momento que vivemos.

A Doutrina Social da Igreja e o Mundo do Trabalho



A seguir, o teólogo **Alex Villas Boas** (Diretor do Seminário São Carlos Borromeu de Sorocaba, Professor de Teologia na PUC-RJ e de Teologia Moral e Antropologia do Instituto de Teologia João Paulo II, em Sorocaba) fez uma reflexão sobre a teologia do laicato, um breve relato sobre a história das lutas sociais, a defesa dos direitos humanos, bem como a opção da Igreja pelos pobres e oprimidos.

Segundo Villas Boas, a evolução da humanidade e as conquistas sociais produziram muitos frutos, mas **"a fraternidade permanece um capítulo aberto em nossa história"**. O teólogo parabenizou iniciativas como as da

Pastoral Mundo do Trabalho e reiterou o que considera ser a essência de uma ação pastoral. Para o professor, **“o trabalho da pastoral não pode se basear em um ativismo vazio”**.

O teólogo também lembrou que a dimensão e a prática cristã devem focar a realidade, afinal, como declara o “Documento de Aparecida”, os leigos devem ser **“sinais de Deus no mundo”**. Neste sentido o estudioso destacou que **“a opção pelos pobres é, sobretudo, uma visão cristológica, que deve estar acima de movimentos, lutas eclesiais e sindicais, e que deve ser vivido na fraternidade”**.

Villas Boas destacou que para um trabalho pastoral produzir frutos, é preciso considerar o contexto, isto é, os elementos e as circunstâncias envolvidas. Por outro lado, frisou o estudioso, é preciso persistir no diálogo, o que significa estar aberto a mudanças; “afinal”, concluiu o estudioso, estamos em um **“terreno fértil de propostas, mas que ainda não é firme, e que precisa ser pavimentado”**.

Empresários e Trabalhadores: Uma Convivência Possível sob a Luz do Evangelho



Na seqüência, a professora **Rosa Maria Claplin Ayter** (Historiadora, Teóloga e responsável pela área de Formação dos Focolares), apresentou os empresários que vivem a Economia de Comunhão (EdC) em suas empresas. Os empresários falaram das experiências e sobre a convivência possível, respeitosa e harmoniosa entre empresários e trabalhadores, seja na riqueza do diálogo, quanto nos resultados obtidos.



Luiz Colella, empresário e engenheiro, falou sobre o movimento dos Focolares e a sua aplicação à realidade paulistana. Ele lembrou que em meados de 1991, em visita a São Paulo, Chiara Lubich, fundadora do movimento, sentiu a urgência de fazer algo de concreto para combater a pobreza da cidade, que, parafraseando o Cardeal Arns, assemelha-se a cabeça de Cristo: bela e coroada de espinhos; numa alusão à riqueza dos arranhacéus e a miséria das favelas que a circundam.

Segundo Colella, Chiara compreendeu que mesmo com o empenho e a doação de recursos de todos membros, seria insuficiente para reverter o quadro de tamanha injustiça social. Era preciso criar meios que fossem adequados ao atual contexto socioeconômico; condizente com a complexidade do mundo moderno. Surgiram assim os fundamentos do que hoje chamamos Economia de Comunhão.

A proposta da EdC é a criação de empresas, na verdadeira acepção do termo, mas que visem o bem comum, que proporcionem o lucro social, que deve ser dividido em três partes: uma para a empresa, outra para os pobres e necessitados, e o restante utilizado na formação de novos cidadãos, imbuídos do caráter fraterno e do espírito de comunhão na sociedade.



Ângela Cristina Pelizzon Garcia, empresária do ramo de turismo, também vive a Economia de Comunhão em sua empresa que reconhece como uma verdadeira família. A administradora definiu o papel do empresário, como uma verdadeira missão, pois só mesmo espelhando-se em São José, também um empreendedor, e tendo a Deus por sócio, é que se consegue superar tantas dificuldades.

Ângela expôs situações do dia a dia, em que aprendeu a superar problemas de relacionamento entre funcionários. A saída mais fácil, comumente praticada pelo meio empresarial, destacou, é a demissão sumária, ao menor sinal de contrariedade ou falta de adaptação ao trabalho. No entanto, viver a Economia de Comunhão também significa abraçar o indivíduo em toda a sua

dimensão, amparando-o em suas deficiências, capacitando para a vida e para o trabalho.

Contou como através do diálogo franco permeado de amor e compreensão, em um clima fraterno foram apontados os procedimentos indevidos de um funcionário, conscientizando-o e evitando despedi-lo, dando-lhe também condições de participar de curso de especialização. Este, vem demonstrando um melhor desempenho através da confiança recebida.

Foram exibidas em um telão fotos da **ASSOCIAÇÃO PÓLO ESPARTACO**, uma experiência bem sucedida da Economia de Comunhão, na Grande São Paulo. A associação é o braço social do Pólo Empresarial Espartaco, criado em 1994, em Cotia, SP para viabilizar a EdC e proporcionar integração e qualidade de vida a empresários e funcionários do pólo empresarial e a testemunharem na prática essa nova experiência econômica.



Conceição Francischinelli, , expôs sobre a Associação de funcionários do Polo, um caixa comum em que os funcionários das diversas empresas, contribuem com uma parcela, podendo depois usufruir de vários benefícios. Também participam de várias festas de confraternização envolvendo as famílias, num clima de confiança que envolve a todos.



Mariza Pretto, em um relato contundente testemunhou sua firmeza diante de ameaça de ceder à propina, alicerçando-se na confiança em Deus, reafirmando sua conduta ética e um dos fins da Economia de Comunhão, que é a destinação de parte dos lucros aos pobres. Conseguiu assim que a justiça prevalecesse. Mais uma vez ficou provado que Deus não se deixa vencer em generosidade.

A proposta da EdC é a criação de empresas, na verdadeira acepção do termo, mas que visem o bem comum, que proporcionem o lucro social, que deve ser dividido em três partes: uma para a empresa, outra para os pobres e necessitados, e o restante utilizado na formação de novos cidadãos, imbuídos do caráter fraterno e do espírito de comunhão na sociedade.

Segundo os coordenadores da **Comissão da Economia Solidária** existem hoje 132 empresas em todo o Brasil, sendo 45 no sudeste do país, que praticam esse carisma em suas atividades. No pólo empresarial de Cotia, SP, são 10 empresas e 87 associados, que operam os novos valores e proporcionam uma série de benefícios aos seus trabalhadores, que vão desde espaço cultural, lanhouse, festas, convênios odontológicos, capacitação profissional até o microcrédito.

TESTEMUNHO CRISTÃO: SAL E FERMENTO DO MUNDO **A Construção da Sociedade da Confiança**



Landi Dantas, micro empresário e Vice-Presidente da ABEC falou sobre a sua experiência empresarial e o "**Empresário Cristão**", que surgiu em um momento de agradecimento ao sacerdote, pelos conselhos dados na condução de seus negócios. Abordou a carência de palavras que sentia quando na missa o Padre pedia apenas que se levantassem as carteiras profissionais. E os pequenos empresários que estão desesperados para fechar um pequeno negócio para garantir a sua folha de pagamento?

Citou ainda o fato de que muitas vezes estamos sentados lado a lado no banco da Igreja, damos o abraço da paz e sequer sabemos se a pessoa ao lado não é o profissional honesto que desejamos ver trabalhando em nossa casa. Por outro lado, o desempregado pede a Deus um trabalho, mas não sabe que a pessoa ao lado pode contratá-lo.

Segundo o empresário, foi exatamente essa necessidade das comunidades encontrarem empresas e empreendedores sérios e responsáveis, que motivou o início do trabalho, que nos idos de **1992/1993**, notabilizou-se por propor um **“cadastro de empresas idôneas”** – dispostas a aderir e cumprir espontaneamente um conjunto de regras, trabalhando com ética e conquistando o respeito da sociedade.

A idéia dessa “Rede de Sociedade da Confiança”, que se constitui num dos pilares do Empresário Cristão, é a de congregar empresários e profissionais liberais, condôminos, consumidores e trabalhadores, unidos e instruídos nos fundamentos cristãos, compactuando de rígidos princípios, éticos e morais, baseados no diálogo e no respeito às comunidades; sendo que a fidelidade a esse “contrato de confiança” é fundamental para a permanência no cadastro e havendo sempre a opção por meios pacíficos de resolução de conflitos, notadamente a mediação e conciliação, para solucionar eventuais divergências, preparados pela Pastoral do Mundo do Trabalho numa atuação conjunta com outras pastorais sociais.



Padre Frei Eduardo Ramos (Filósofo, Teólogo, Sociólogo, Pároco da Igreja Santa Domitila, SP, e Presidente da Ação Social Franciscana do Brasil, membro do Conselho Eclesiástico da ABEC) falou sobre a Doutrina Social da Igreja. O religioso destacou que a Bíblia deve ser o fundamento da vida e, portanto, deve nortear a conduta no meio empresarial, seja nas relações comerciais, quanto na integração entre trabalhadores e empresários, que são, sobretudo, irmãos, e não podem mais estar divididos.

Segundo o sociólogo é preciso buscar novos paradigmas, que se contraponham à corrupção, à decadência social e à falta de moral da sociedade. Neste sentido, afirmou que o congresso representa um avanço entre o trabalho eclesial e as comunidades e é neste ambiente que a proposta da construção da Rede Social a partir do banco das Igrejas e de uma Pastoral do mundo do Trabalho se tornam possíveis. Destacou, porém, que a missão apenas começou: **“O congresso é ponto de partida para o trabalho pastoral, não ponto de chegada”**. **“Precisamos continuar na caminhada, pois há muito trabalho a ser feito”**, completou.

Para o religioso é preciso reverter a situação do mundo à partir de nós mesmos, de nossa postura, de nossos empreendimentos, enfim, é necessário ter uma postura compatível com os ideais cristãos. Neste sentido, frei Eduardo fez uma reflexão de I Cor 6,1-11 que, segundo ele, exorta-nos a uma vivência comunitária que abrace não apenas a espiritualidade, mas a dimensão material dos fiéis.

Padre Eduardo destacou que São Paulo repreende os fiéis por procurar a justiça mundana e exorta-os a buscar meios de resolução dentro da comunidade. Neste sentido, o religioso citou os métodos de **Mediação e Conciliação de Conflitos**, – e que podem ser realizados por cidadãos comuns, como uma prática propícia para os cristãos, que assim dariam um genuíno testemunho cristão e promoveriam uma Cultura de Paz e fraternidade nas empresas e também nas comunidades.



Concluindo a série de palestras, a **Dra Maria Cristina Zucchi**, Desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo (Advogada, Professora, Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Stanford, EUA, e Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo) falou aos presentes sobre o tema: Meios Alternativos para a Resolução de Conflitos – Mediação e Conciliação.

A desembargadora reiterou a posição dos demais palestrantes e destacou que, de fato, vivemos um período de grave crise

institucional, moral e social. O Estado encontra-se falido, ineficiente na proposição de alternativas que supram as necessidades da população, que se encontra sitiada pela violência em todos os níveis, de todas as formas.

Segundo ela, a raiz dos problemas está baseada em uma cultura maniqueísta, representada pela “Lei de Gérson”, na qual o interesse pessoal é maior do que o interesse coletivo. O levar vantagem em tudo, passou a reger a sociedade e está influenciando as relações pessoais, superando até mesmo o respeito e o diálogo ao próximo, próprios do testemunho cristão.

A Dra Maria Cristina declarou que **“a sociedade civil organizada é chamada a dar a sua contribuição, a trabalhar contra essa ordem perversa, a detectar o que está errado e a propor novas posturas, posturas de amor”**. **“Se tomarmos a Bíblia de ponta a ponta, veremos que cada linha está permeada de amor”**, concluiu.

A desembargadora destacou em sua palestra alguns casos que são exemplos dos processos que lotam as prateleiras do Poder Judiciário – e se arrastavam durante anos sem previsão de conclusão, e que foram resolvidos de forma rápida, pacífica e amigável, pela adoção de métodos de mediação e conciliação de conflitos, tais como as que a imprensa tem divulgado recentemente, especialmente a tevê.

Segundo ela, no cerne da questão está o caráter subjetivo que existe por detrás de cada litígio, como mágoas e ressentimentos, por exemplo, que são as principais causas de demandas judiciais, e que não são considerados pela justiça, que faz uma avaliação objetiva, baseada nas leis e em pareceres técnicos.

“É preciso resgatar o valor humano que está escondido nos processos”, disse a desembargadora, lembrando que mais importante que definir os méritos de uma causa, é buscar uma atitude de amor, de pacificação, e especialmente, de reconciliação entre as pessoas no processo, práticas que normalmente não se conquistam pelas vias judiciais normais.

A desembargadora também destacou que a mediação e a conciliação de conflitos é uma atividade que não só pode, mas deve ser praticada fora do contexto judiciário, nas empresas e também nas comunidades, mediante a formação de mediadores e conciliadores por entidades habilitadas como o IPROMESC -Instituto de Profissionais em Métodos para Soluções de Conflitos, do qual participa e que estabeleceu parceria com a ABEC para atuação na Pastoral do Mundo do Trabalho, formando mediadores e conciliadores nas Comunidades.

Segundo a doutora, que coordenou o curso de Mediação e Conciliação na Escola Paulista de Magistratura, apesar dos benefícios e das iniciativas em todo o país, o Brasil está 15 anos atrasado na matéria, em relação aos americanos. Exemplo disso é que o próprio judiciário brasileiro ainda não adotou plenamente a prática, que na opinião da juíza, seria muito proveitosa para que os dois mil magistrados possam julgar os 18 milhões de processos existentes apenas no estado de São Paulo.

Dra Maria Cristina Zucchi disse que o mundo está carente de pessoas que se disponham a ser esse instrumento de paz e de concórdia. A juíza lembrou, que nos Estados unidos, por exemplo, o conceito de mediação e conciliação já faz parte da cultura local – inclusive como atividade remunerada, praticada por empresas, comunidades, escolas e associações, demonstrando que a sociedade tem condições de caminhar com as próprias pernas.

Nesse instante, Frei Alamiro retomou a palavra e contou um episódio da vida de São Francisco, segundo ele relacionado ao que acabávamos de ouvir. A história refere-se a um lobo que aterrorizava a cidade de Gubio, na Úmbria. O animal invadia as casas dos aldeões, roubava alimentos e atacava seus rebanhos.

Certa vez, quando São Francisco passou pelo lugarejo, estranhou a reação do animal e a atitude do povo e resolveu ajudar: foi conversar com o lobo. O animal, a princípio

agressivo e inquieto, ao perceber as intenções daquele frei que o chamava carinhosamente de irmão, cedeu o impulso e puseram-se a conversar.

Francisco ficou sabendo que a atitude do animal tinha sido motivada pela própria comunidade, que o havia desrespeitado, derrubado a floresta, destruído o seu habitat e privado do próprio sustento, motivo pelo qual o pobre lobo, acuado, sedento e com fome, apenas lutava pela sobrevivência.

São Francisco então intermediou um acordo entre o lobo e a comunidade que, depois da conversa com o santo, tornou-se manso como um cordeiro e passou a receber alimentos e cuidados por aquela mesma comunidade que o temia. Segundo o frei, o diálogo e a compreensão, superam barreiras, tornam o outro meu irmão, e abrem caminho para o respeito, a conciliação e a paz.

Concluída a etapa de apresentação das propostas e testemunhos de vida, Selem Nelson Bussab convidou o grupo para um café comunitário.

Análise das propostas por meio do trabalho de grupos



Ao retornar do intervalo, os participantes divididos em três grupos, foram conduzidos para salas diferentes, onde receberam um questionário com cinco questões relativas aos assuntos abordados na oficina (anexo 2).

Quanto à questão de nº 1, as respostas foram praticamente unânimes: sim, as paróquias devem abrir espaço para a implantação da Rede Social, porém faz-se necessário que haja formação adequada e ações organizadas, podendo resgatar os profissionais a elas pertencentes.

Questão nº 2, também houve unanimidade quanto à aceitação em participar de formação na Pastoral Mundo do Trabalho, pois viabiliza a articulação da comunidade e a capacitação como facilitadora de resultados.

Na questão nº 3, foi perguntado se a Pastoral Mundo do Trabalho pode ser o espaço utilizado para a formação de mediadores/conciliadores na comunidade, que atuarão na Rede Social? Todos foram unânimes em afirmar que sim e na pergunta por que?, transcrevemos as palavras do grupo 2,

“porque a formação evolui os relacionamentos flexibilizando posições e gerando harmonia, pois a Pastoral se legitima como canal de encaminhamento de soluções”.

Na resposta da 4ª pergunta, todos concordaram num trabalho conjunto com outras Pastorais, promovendo maior integração entre elas.

Finalmente no 5º quesito, todos concordaram com a importância e necessidade da criação da Pastoral Mundo do Trabalho em todas as Paróquias ou, pelo menos, uma em cada Setor das diversas Regionais Episcopais.

Avaliação: Na avaliação dos coordenadores da Oficina, responsáveis pela apresentação das propostas, todas as respostas apontam a necessidade de formação doutrinal e capacitação para integrar a Rede Social, através da participação na Pastoral Mundo do Trabalho. Acreditamos que é um sinal a nos orientar enquanto Igreja sobre o que trabalhar em termos de formação para atingirmos os objetivos do Congresso e, principalmente, para a busca de uma sociedade onde haja mais Justiça Social.

CONCLUSÃO: Tomando por base a avaliação do conjunto das pessoas presentes à Oficina Arquidiocesana, cuja maioria era composta de delegados eleitos nas oficinas regionais – além de muitas outras para quem temos apresentado as propostas ao longo dos últimos anos, concluímos que a troca de experiências por meio de Rede Social é algo não só factível mas absolutamente imprescindível e necessário em tempos de Globalização e uso maciço de recursos tecnológicos como a Internet. Desta forma, reiteramos o conjunto de propostas que é apresentado para o Primeiro Congresso de Leigos:-

Proposta 1 – Criação de uma Rede Social de inspiração cristã. Isto é, um convite aos empresários, comerciantes, profissionais liberais e prestadores de serviços em geral – a partir do ambiente das paróquias – para compor um cadastro de fornecedores responsáveis, dispostos a se relacionar de forma ética e cidadã com os integrantes da Rede e a dar testemunho de sua fé no mundo do trabalho e nas relações de consumo. **Justificativa:** o objetivo da Rede Social (com os fornecedores disponibilizados na Internet) é utilizar de forma positiva os benefícios das novas tecnologias para integração entre os cristãos – a exemplo do que propôs Sua Santidade o Papa Bento XVI, quando falou do uso das novas ferramentas de comunicação e da importância da indicação de empresas que atuam no mercado inspiradas em princípios cristãos. Muitas vezes, fornecedor/empregador e consumidor/trabalhador estão sentados no mesmo banco da igreja. Um procura o consumidor para seus produtos e serviços; o outro, pode estar à procura de um prestador de serviço responsável para entrar em sua casa ou simplesmente buscando trabalho numa empresa ou condomínio que o trate de forma humana e respeitosa. Sem a Rede, ambos até trocam o abraço da paz na missa, mas não sabem um da existência nem da necessidade do outro.

Proposta 2– Criação da Pastoral Mundo do Trabalho em todas as paróquias ou pelo menos, uma por setor nas diversas regiões episcopais para ação conjunta com outras pastorais. **Justificativa 1:** O objetivo da Pastoral Mundo do Trabalho é propor novos paradigmas para as relações de trabalho e consumo e para a relação Empresário / Trabalhador – sob um prisma conciliatório. Nosso entendimento é de que o modelo de relação Capital / Trabalho em vigor é conflituoso e contrário à mensagem cristã. O empresário/ profissional liberal cristão, que se senta no banco da igreja e se esforça para viver sua fé no ambiente profissional, não pode ser visto e julgado como o megainvestidor das economias transnacionais – sem rosto e sem compromisso com as comunidades em que seus negócios estão inseridos. **Justificativa 2:** Outras Pastorais atuando no trabalho missionário a ser executado no ambiente dos condomínios, que hoje, devido à preocupação com a segurança, se transformaram em fortalezas inacessíveis até mesmo para o trabalho da Pastoral da Saúde. Imaginamos ainda a Pastoral Mundo do Trabalho funcionando como uma Pastoral-meio, auxiliando as ações das Pastorais como Saúde, Urbana e Familiar – seja por meio da oferta de vagas de emprego na comunidade, seja por meio da mobilização para coleta e doação de medicamentos e outras demandas captadas durante a ação missionária.

Proposta 3– Popularização e uso dos Meios Alternativos para Resolução de Conflitos a partir do ambiente das paróquias. Entre esses meios estão a Mediação, a Conciliação e a Arbitragem. **Justificativa:** desnecessário discorrer em detalhes sobre a incapacidade do Poder Judiciário em atender de forma célere e universal aos milhões de cidadãos que entram com processos na Justiça e são obrigados a esperar anos e até décadas por uma sentença judicial. Embora seja um direito justo, a busca do Judiciário não pode mais ser vista como única alternativa para a resolução de conflitos – até porque, após uma sentença judicial, as partes em litígio não se reconciliam. A mediação /conciliação, por sua vez, se apresentam como meios acessíveis, universais, pacificadores e, sobretudo, cristãos para a resolução de conflitos, quer na esfera do consumo, quer na esfera das relações sociais. Com a orientação da desembargadora Maria Cristina Zucchi (membro do TJ-SP), a Associação Brasileira do Empresário Cristão (ABEC) e os membros do IPROMESC (Instituto de Profissionais em Métodos para Soluções de Conflitos) propõem a utilização dos Meios Alternativos de Resolução de Conflitos principalmente nas regiões mais pobres e onde as pessoas dificilmente têm acesso à Justiça, além da



formação/capacitação de mediadores para atuarem em suas comunidades, empresas e condomínios.

Acreditamos ser esta uma maneira efetiva de o leigo atuar como “Sal da terra... e Luz do mundo” numa sociedade tão carente de Justiça Social. E mais: tudo isso objetivando maior segurança das relações sociais, a promoção da Cultura da Paz e contribuindo humildemente para uma permanente Evangelização e Trabalho Missionário na Cidade de São Paulo, atendendo ao chamado de nosso Cardeal no Congresso, para que façamos algo de importante para a sociedade e demonstremos com nossas ações o modo de agir Cristão.

São Paulo, 26 de outubro de 2010

Associação Brasileira do Empresário Cristão

Selem Nelson Bussab - Presidente